



ATA

12ª Reunião da Comissão de Cogestão do Parque Natural de Montesinho

Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, no Centro de Convívio de Carragosa, em Bragança, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, deu-se início aos trabalhos da décima segunda reunião da Comissão de Cogestão (CC) do Parque Natural de Montesinho (PNM). -----

Presenças -----

Estiveram representadas as seguintes individualidades e entidades constituintes da CC: -----

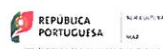
- Hernâni Dias, Presidente do Município de Bragança, que presidiu; -----
- Martinho Martins, Vice-Presidente do Município de Vinhais, em representação de Luís Fernandes, Presidente do mesmo Município; -----
- Jorge Dias, Diretor do Departamento Regional da Conservação da Natureza e Biodiversidade do Norte do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, em representação de Sandra Sarmento, Diretora Regional do Norte do ICNF; -----
- Luís Brandão, Diretor Regional Adjunto da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN); -----
- Orlando Rodrigues, Presidente do IPB - Instituto Politécnico de Bragança; -----
- Sara Pinto, Segunda Vogal da AEPGA - Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino, em representação da CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; -----
- Abel Pereira, Presidente da Direção da Arborea – Associação Agro-Florestal e Ambiental da Terra Fria Transmontana. -----

Estiveram ainda presentes -----

- Élio Vaz, Presidente da Junta de Freguesia de Carragosa; -----
- Isabel Freitas, Chefe de Divisão da Cogestão das Áreas Protegidas do Norte do ICNF; -----
- Francisco Ribeiro, Delegado das Terras de Trás-os-Montes da DRAP-N e membro da Estrutura de Apoio à CC; -----
- Telmo Afonso, Técnico Superior do ICNF e membro da Estrutura de Apoio à CC; -----
- Marília Claro, Técnica Superior do Município de Vinhais e membro da Estrutura de Apoio à CC; -----
- Carlos Silveira, Docente e Investigador do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e membro da Estrutura de Apoio à CC; -----
- Márcia Moreno, Técnica Superior do Município de Bragança e Técnica do Modelo de Cogestão. ----

Não compareceu, mas justificou a ausência -----

- João Cameira, Presidente da Direção da Azimute – Associação de Desportos de Aventura, Juventude e Ambiente. -----



Com o apoio:

FUNDO AMBIENTAL



Ordem de trabalhos -----

1. Análise e aprovação da nova estrutura de medidas e ações para o Plano de Cogestão do PNM (documento em anexo); -----
2. Análise e apreciação das ações incluídas no “eixo de acompanhamento”, da responsabilidade do ICNF, que vão integrar o Plano de Cogestão (e-mail enviado a 20 de janeiro de 2023); -----
3. Apresentação, discussão e aprovação da matriz SWOT com diagnóstico prospetivo do PNM (documento em anexo); -----
4. Definição da metodologia de trabalho durante o período de elaboração do Plano de Cogestão; ---
5. Apresentação e aprovação das entidades-chave do território e definição do horizonte temporal para o estabelecimento de protocolos de parceria (e-mail enviado a 11 de janeiro de 2023); -----
6. Aprovação do Relatório de Atividades e Orçamento de 2022 (e-mail enviado a 16 de janeiro de 2023); -----
7. Ponto da situação das candidaturas aprovadas no âmbito do Aviso ao Fundo Ambiental; -----
8. Outros assuntos. -----

Confirmadas as presenças dos membros da CC convocados, o Presidente da Comissão de Cogestão, Hernâni Dias, deu início à reunião, deu as boas-vindas aos presentes e passou a palavra a Élio Vaz, Presidente da Junta de Freguesia de Carragosa. Élio Vaz iniciou a sua intervenção, agradecendo a escolha da sua freguesia para a realização de uma reunião da Comissão do PNM. Salientou que espera, e a população do PNM também, que este Modelo e esta Comissão resolvam, basicamente, os problemas das pessoas que vivem e trabalham no Parque Natural que, atualmente, são evidentes, dadas as limitações impostas nas mais diversas áreas. -----

Hernâni Dias agradeceu a intervenção de Élio Vaz e deu seguimento à reunião, passando a palavra a Abel Pereira, que pediu para intervir antes da ordem de trabalhos. O Presidente da Arborea começou por questionar que área protegida a Cogestão quer, dentro das regras que existem, propondo que a solução ideal, na sua perspetiva, passaria por uma abordagem mista que contemplasse mais incentivos à produção de bens e serviços, que valorizasse o turismo e aumentasse a visitação, cumprindo, sempre, as regras de conservação da natureza. Neste seguimento, Abel Pereira expôs a sua preocupação pelo facto de considerar que as ações e medidas que vão constar no Plano reservarem à produção de bens e serviços, apenas, um por cento do orçamento global, sendo que as restantes ações, ou seja, quase a totalidade, se focam na conservação. Sara Pinto contrapôs o exposto, referindo que as ações de conservação da natureza não constam da lista de ações e medidas propostas pela CC e que muitas das ações que se encontram incluídas estão direta ou indiretamente relacionadas com a valorização das atividades económicas desenvolvidas ou a desenvolver no PNM. Relativamente à questão do orçamento, Hernâni Dias referiu que a proposta apresentada seria a que se desejaria ver executada, uma vez que resultou de um trabalho pormenorizado de identificação de todas as necessidades do PNM. Acrescentou que esta proposta tem como finalidade mostrar aos decisores quais as necessidades do Parque, nas mais variadas valências, para que sejam criadas linhas de financiamento direcionadas que vão, efetivamente, ao encontro das necessárias respostas ambientais, sociais e económicas do território que, por um lado, se foquem na conservação da natureza e na preservação dos valores culturais, na atração de visitantes e de novos residentes e que



dinamizem a economia. Hernâni Dias acrescentou, ainda, que a execução das ações vai servir para eliminar os problemas que estrangulam a população que vive no Parque Natural, e referiu, a título de exemplo, que a revisão do Plano de Ordenamento, da responsabilidade do ICNF, é fundamental e tem que estar consentânea com os interesses da população. O Presidente da CC concluiu, assim, que a proposta de medidas e ações traduz um retrato fidedigno dos problemas da área do Parque que o coletivo considera necessário executar, contudo, naturalmente, tem a perfeita noção de que algumas não se venham a concretizar. Isabel Freitas pediu a palavra para referir que este trabalho traduz-se num exercício muito importante, lembrando os presentes que o Modelo de Cogestão é um conceito novo, com naturais e expectáveis defeitos e virtudes, pelo que nos encontramos em constante aprendizagem. De seguida, exemplificou os Planos já finalizados do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) e do Parque Natural do Alvão (PNA), acrescentando que estes Planos, e no caso do PNM deverá acontecer o mesmo, vão permitir às CC respetivas reivindicar fundos que sirvam para dar resposta às necessidades das áreas protegidas. Abel Pereira interveio para repetir a necessidade de criar soluções “mistas” que, por um lado, criem incentivos à produção de bens e serviços, que apostem, simultaneamente, na visitação e que garantam as regras da conservação da natureza. O Presidente da CC concluiu que a proposta que vai ser apresentada integra ações que vão ao encontro desta solução mista. Jorge Dias também interveio para sublinhar que todas as entidades da CC têm responsabilidades sobre a área protegida e que o documento final – Plano de Cogestão – vai definir os objetivos estratégicos e comprometer as entidades na execução do Plano. Em suma, acrescentou, este será um Plano de todos os envolvidos, que vai valorizar a área protegida. -----

Hernâni Dias agradeceu as intervenções e deu seguimento à reunião com a apresentação do primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

Ponto 1. Análise e aprovação da nova estrutura de medidas e ações para o Plano de Cogestão do PNM; -----

O Presidente da Comissão de Cogestão iniciou a sua intervenção, indicando que foi anexada à convocatória uma nova estrutura das ações, mais genéricas e agrupadas, passando de cento e seis para um total de trinta e sete ações. Colocou esta proposta à consideração dos presentes, tendo sido deliberada a sua aprovação pelos membros da Comissão de Cogestão. O Presidente passou, de seguida, a apresentar uma nova coluna dedicada à priorização das ações, a qual fora previamente preenchida pela Técnica de Cogestão. Márcia Moreno informou os presentes que os Técnicos da Estrutura de Apoio à CC reuniram previamente e esta reunião e aplicaram a ferramenta GUT – Gravidade, Urgência e Tendência - para definirem o grau de importância de cada ação, tendo criado, a posteriori, uma escala qualitativa para enquadrar cada resultado no respetivo grau – prioritário, urgente, importante ou complementar. Hernâni Dias deu seguimento à intervenção, passando a designar cada ação e o resultado da aplicação da matriz GUT. Os membros da Comissão propuseram a alteração do grau em quatro ações e, por fim, deliberaram a aprovação do documento final. -----

Ponto 2. Análise e apreciação das ações incluídas no “eixo de acompanhamento”, da responsabilidade do ICNF, que vão integrar o Plano de Cogestão; -----

Hernâni Dias apresentou o ponto dois da ordem de trabalhos, e passou a palavra a Jorge Dias para que apresentasse e clarificasse as ações de conservação da natureza que vão integrar um eixo à parte, designado de “eixo de acompanhamento”. Referiu ainda não ter orçamento, mas o mesmo será



enviado em breve aos membros da CC. À medida que Jorge Dias ia apresentando as ações, foi esclarecendo todas as dúvidas colocadas pelos membros da Comissão. No final da sua intervenção, os membros concordaram com a proposta do ICNF. -----

Ponto 3. Apresentação, discussão e aprovação da matriz SWOT com diagnóstico prospetivo do PNM; -----

O Presidente da Comissão apresentou o ponto três da ordem de trabalhos e iniciou a sua intervenção por afirmar que o diagnóstico do PNM foi elaborado tendo por base, única e exclusivamente, os contributos dos participantes, ou seja, da população e dos principais atores locais, presentes nas sete sessões participativas temáticas, não tendo havido qualquer intervenção sua ou da Técnica da Cogestão. Os referidos contributos, acrescentou, foram, a posteriori, distribuídos por cinco temáticas – gestão e governança; comunicação e promoção do PNM; população, valores naturais e culturais; infraestruturas e mobilidade e, ainda, atividades económicas. Dentro de cada tema foi preenchida uma matriz SWOT, que inclui os pontos fracos, fortes, as ameaças e as oportunidades da área protegida. Jorge Dias interveio, afirmando que esta análise SWOT, na sua opinião, está mal estruturada e não concorda com os conteúdos descritos, explicando que uma análise SWOT deve contemplar a estratégia da área protegida. Isabel Freitas assentiu e reforçou as afirmações, exemplificando, como bons exemplos de análises SWOT, as que foram publicadas nos Planos de Cogestão do PNA e do PNPQ. Márcia Moreno contextualizou a proposta apresentada, referindo a importância de se fazer um diagnóstico colaborativo e participativo, em conjunto com a população e entidades do território, o qual seria agora analisado, adaptado e aprovado pela Comissão de Cogestão. Acrescentou, ainda, em resposta a Jorge Dias, que a matriz SWOT deve refletir o ponto da situação da área protegida, tanto fatores internos com externos, e a análise aos resultados vai permitir à CC delinear a estratégia futura para o território. Sara Pinto concordou e referiu que o Plano de Cogestão deveria ser construído de forma colaborativa com a população do Parque, tendo sido sempre esta a mensagem transmitida, pelo que agora teme que a Comissão esteja a defraudar as expectativas dos participantes. Hernâni Dias concluiu que, de facto, uma análise SWOT não deve, apenas, incluir pontos fortes e oportunidades, mas sim, um diagnóstico, ou seja, um ponto da situação real da área protegida para que, a posteriori, sejam determinadas as estratégias que resolvam os pontos fracos e as ameaças e promovam os pontos fortes e as oportunidades. Não havendo lugar a discussão, ponto a ponto, das matrizes SWOT, a Técnica de Cogestão ficou de reformular os conteúdos, em articulação com a Estrutura de Apoio. -----

Ponto 4. Definição da metodologia de trabalho durante o período de elaboração do Plano de Cogestão; -----

Hernâni Dias introduziu o ponto quatro da ordem de trabalhos, o qual foi respondido por Isabel Freitas que propôs que todos os contributos necessários para a elaboração do Plano fossem solicitados por email pela Técnica de Cogestão. Os membros da Comissão concordaram com esta metodologia. -----

Ponto 5. Apresentação e aprovação das entidades-chave do território e definição do horizonte temporal para o estabelecimento de protocolos de parceria; -----

O Presidente da Comissão apresentou o ponto cinco da ordem de trabalhos e iniciou a sua intervenção por lembrar que foi enviado um email no dia 11 de janeiro a solicitar a colaboração dos



membros da CC na identificação de potenciais entidades para o estabelecimento de protocolos de parceria. Responderam ao pedido a DRAP-N, o Município de Vinhais, a Azimute e o Município de Bragança. As entidades propostas, e aprovadas, vão ser contactadas no sentido de se aferir se têm interesse em estabelecer uma colaboração conjunta na implementação do Modelo de Cogestão. ---

Ponto 6. Aprovação do Relatório de Atividades e Orçamento de 2022; -----

Hernâni Dias apresentou o ponto seis da ordem de trabalhos e iniciou a sua intervenção por referir que foi enviado um email a 16 de janeiro a solicitar a apreciação e contributos ao documento enviado. Não foram enviadas participações pela via solicitada. Na reunião, o Relatório de Atividades e Orçamento foi aprovado, sem alterações, pelos membros da CC. -----

Ponto 7. Ponto da situação das candidaturas aprovadas no âmbito do Aviso ao Fundo Ambiental; -

O Presidente da Comissão apresentou o ponto sete, e último, da ordem de trabalhos, começando por salientar que foi submetida pronúncia relativa à candidatura considerada prioritária pela CC, dentro dos prazos de audiência prévia. Este processo encontra-se, ainda, em apreciação, não tendo sido enviada, até à data, a notificação da avaliação final. Relativamente às restantes candidaturas da CC, aprovadas para financiamento na fase preliminar, foi comunicado que o projeto do Centro Interpretativo do PNM já se encontra em execução física, estando a ser elaborado o projeto de execução das especialidades de engenharia e do projeto multimédia. Martinho Martins informou que o Município de Vinhais já avançou com a elaboração dos procedimentos para lançamento de concurso e, tanto Sara Pinto, da AEPGA, como Carlos Silveira, do IPB, informaram que vão iniciar os trabalhos muito em breve. -----

Ponto 8. Outros assuntos; -----

Não foi apresentado outro assunto na reunião. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da CC deu por encerrada a reunião pelas dezoito horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão de Cogestão e pela Técnica do Modelo de Cogestão do Parque Natural de Montesinho, Isabela Moreno que a secretariou.



Hernâni Dias

(Presidente do Município de Bragança e Presidente da Comissão de Cogestão do PNM)

